Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.31155

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO EM ALAGOAS ENTRE 2015 E 2025

EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF WORK-RELATED MENTAL DISORDERS IN ALAGOAS FROM 2015 TO 2025

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE LOS TRASTORNOS MENTALES RELACIONADOS CON EL TRABAJO EN ALAGOAS DE 2015 A 2025

Maria Eduarda Gleife Leite de Novaes[1]
Fábio Jean da Silva Gomes Filho[2]
Caio Daniel Fontes Pereira[3]
Lara Freire Timbó[4]
Adalberto Gomes das Graças Bisneto[5]
Laércio Pol Fachin[6]

RESUMO: Introdução: Os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) constituem importante problema de saúde pública, estando associados às condições e organização do trabalho e a fatores psicossociais ocupacionais. A vigilância desses agravos por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) permite caracterizar os trabalhadores acometidos e identificar padrões epidemiológicos. Objetivo: Analisar o perfil epidemiológico dos TMRT notificados no estado de Alagoas entre 2015 e 2025. Métodos: Estudo ecológico, quantitativo e descritivo, realizado a partir de dados do SINAN disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisadas notificações de TMRT em Alagoas no período de 2015 a 2025, considerando sexo, raça, escolaridade, ocupação, diagnóstico específico, emissão de CAT e evolução. Resultados: Foram identificados 1.040 casos, com maior número de notificações em 2022 (n=163) e menor em 2015 (n=15). Houve discreto predomínio do sexo masculino (51,25%). A raça parda representou 30,19% das notificações. A faixa etária de 20 a 39 anos concentrou 51,83% dos casos, seguida por 40 a 59 anos (44,23%). Entre as ocupações, destacaram-se soldados e sargentos da Polícia Militar, com 22,50% e 5,38%, respectivamente. O grupo diagnóstico do CID (código internacional de doença) F40–F48 foi o mais frequente, seguido por F30–F39. A CAT foi emitida em 6,63% dos casos, enquanto 55,29% não tiveram emissão. Quanto à evolução, 59,33% apresentaram incapacidade temporária. Conclusão: Os TMRT notificados em Alagoas apresentaram predominância masculina, concentração entre adultos em idade economicamente ativa e maior frequência entre profissionais da Polícia Militar. Observou-se baixa emissão de CAT e predomínio de incapacidade temporária, destacando a importância da qualificação das notificações e do fortalecimento das ações de vigilância e atenção à saúde mental dos trabalhadores.

Palavras-chave: Transtornos mentais. Saúde do trabalhador. Saúde mental. Vigilância epidemiológica. Alagoas.

[1] Médica residente de medicina do trabalho. Centro Universitário CESMAC.
[2] Discente do curso de Medicina. Centro Universitário CESMAC.
[3] Discente do curso de Medicina. Centro Universitário CESMAC.
[4] Discente do curso de Medicina. Centro Universitário CESMAC.
[5] Coorientador. Docente do curso de Medicina. Centro Universitário CESMAC.
[6] Orientador. Docente do curso de Medicina. Centro Universitário CESMAC.

ABSTRACT: Introduction: Work-related mental disorders (WRMD) constitute an important public health problem and are associated with working conditions, work organization, and occupational psychosocial factors. Surveillance of these conditions through the Information System for Notifiable Diseases (SINAN) enables the characterization of affected workers and the identification of epidemiological patterns. Objective: To analyze the epidemiological profile of WRMD reported in the state of Alagoas between 2015 and 2025. Methods: This was an ecological, quantitative, and descriptive study based on data from SINAN, made available by the Department of Informatics of the Unified Health System (DATASUS). WRMD notifications in Alagoas from 2015 to 2025 were analyzed according to sex, race, educational level, occupation, specific diagnosis, issuance of the Work Accident Report (CAT), and case outcome. Results: A total of 1,040 cases were identified, with the highest number of notifications in 2022 (n=163) and the lowest in 2015 (n=15). There was a slight predominance of males (51.25%). Brown individuals accounted for 30.19% of notifications. The 20–39-year age group accounted for 51.83% of cases, followed by the 40–59-year group (44.23%). Among occupations, Military Police soldiers and sergeants were the most frequent, accounting for 22.50% and 5.38% of cases, respectively. The ICD diagnostic group F40–F48 was the most frequent, followed by F30–F39. CAT was issued in 6.63% of cases, while 55.29% had no CAT issued. Regarding case outcome, 59.33% resulted in temporary incapacity. Conclusion: WRMD notifications in Alagoas showed a predominance of males, concentration among economically active adults, and a higher frequency among Military Police personnel. The low rate of CAT issuance and the predominance of temporary incapacity highlight the importance of improving notification quality and strengthening surveillance and mental health care actions for workers.

Keywords: Mental disorders. Occupational health. Mental health. Epidemiological surveillance. Alagoas.

RESUMEN: Introducción: Los trastornos mentales relacionados con el trabajo (TMRT) constituyen un importante problema de salud pública y están asociados con las condiciones y la organización del trabajo, así como con factores psicosociales laborales. La vigilancia de estos trastornos mediante el Sistema de Información de Agravamientos de Notificación (SINAN) permite caracterizar a los trabajadores afectados e identificar patrones epidemiológicos. Objetivo: Analizar el perfil epidemiológico de los TMRT notificados en el estado de Alagoas entre 2015 y 2025. Métodos: Estudio ecológico, cuantitativo y descriptivo, realizado a partir de datos del SINAN proporcionados por el Departamento de Informática del Sistema Único de Salud (DATASUS). Se analizaron las notificaciones de TMRT en Alagoas entre 2015 y 2025, considerando sexo, raza, nivel educativo, ocupación, diagnóstico específico, emisión de la Comunicación de Accidente de Trabajo (CAT) y evolución de los casos. Resultados: Se identificaron 1.040 casos, con el mayor número de notificaciones en 2022 (n=163) y el menor en 2015 (n=15). Se observó un ligero predominio del sexo masculino (51,25%). La población parda representó el 30,19% de las notificaciones. El grupo etario de 20 a 39 años concentró el 51,83% de los casos, seguido del grupo de 40 a 59 años (44,23%). Entre las ocupaciones, destacaron los soldados y sargentos de la Policía Militar, con el 22,50% y el 5,38% de los casos, respectivamente. El grupo diagnóstico de la CIE F40–F48 fue el más frecuente, seguido de F30–F39. La CAT fue emitida en el 6,63% de los casos, mientras que en el 55,29% no fue emitida. En cuanto a la evolución, el 59,33% presentó incapacidad temporal. Conclusión: Las notificaciones de TMRT en Alagoas presentaron predominio masculino, concentración entre adultos en edad económicamente activa y mayor frecuencia entre profesionales de la Policía Militar. La baja emisión de CAT y el predominio de la incapacidad temporal resaltan la importancia de mejorar la calidad de las notificaciones y fortalecer las acciones de vigilancia y atención de la salud mental de los trabajadores.

Palabras clave: Trastornos mentales. Salud laboral. Salud mental. Vigilancia epidemiológica. Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre trabalho e saúde mental constitui uma importante questão de saúde pública, considerando que as condições laborais podem exercer tanto efeitos protetores quanto prejudiciais sobre o bem-estar dos trabalhadores. Embora o trabalho possa proporcionar renda, senso de propósito, realização pessoal, inclusão social e relações interpessoais, ambientes laborais caracterizados por sobrecarga, baixa autonomia, insegurança, discriminação, assédio e inadequadas condições organizacionais podem contribuir para o surgimento ou agravamento de problemas de saúde mental. Aproximadamente 15% dos adultos em idade produtiva apresentam algum transtorno mental, a depressão e a ansiedade estão associadas à perda de bilhões de dias de trabalho anualmente, com repercussões sobre trabalhadores, famílias, organizações e economia (OMS/WHO, 2022).

Os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) compreendem manifestações de sofrimento ou adoecimento mental associadas às condições e à organização do trabalho, envolvendo uma complexa interação entre fatores individuais, sociais e ocupacionais. Entre os elementos presentes no ambiente laboral capazes de repercutir negativamente sobre a saúde mental destacam-se a elevada demanda de trabalho, a pressão por produtividade, a precarização das relações laborais, a baixa autonomia, o desequilíbrio entre esforço e recompensa, a insegurança ocupacional e diferentes formas de violência e assédio. Esses fatores podem estar relacionados ao desenvolvimento de manifestações como ansiedade, depressão, estresse e outros transtornos mentais e comportamentais, além de repercutirem na capacidade funcional, na produtividade e na permanência do indivíduo no trabalho (SILVA JÚNIOR e FISCHER, 2015; TEÓFILO FILHO et al., 2023). A OMS também reconhece que ambientes de trabalho inadequados podem representar importante fator de risco para a saúde mental, ressaltando a necessidade de estratégias de prevenção e proteção no contexto ocupacional.

No Brasil, o reconhecimento dos transtornos mentais como agravos relacionados ao trabalho integra as políticas de Saúde do Trabalhador. A Portaria nº 1.339, de 18 de novembro de 1999, estabeleceu a lista de doenças relacionadas ao trabalho, incluindo agravos de natureza mental. Posteriormente, a Portaria nº 777, de 28 de abril de 2004, incluiu os TMRT entre os agravos de notificação compulsória, determinando sua notificação por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Dessa forma, os registros do SINAN constituem importante instrumento para a vigilância epidemiológica dos agravos relacionados ao trabalho, possibilitando a caracterização dos trabalhadores acometidos e a identificação de

padrões relacionados às características sociodemográficas, ocupacionais, diagnósticas e de evolução dos casos.

Apesar da relevância do tema, a ocorrência dos TMRT permanece relacionada a desafios para o reconhecimento, diagnóstico e notificação dos casos. Estudos epidemiológicos realizados no Brasil demonstram diferenças na distribuição dos casos segundo sexo, faixa etária, escolaridade, ocupação e diagnóstico, além de evidenciarem a importância dos fatores psicossociais e das condições de trabalho no processo de adoecimento (DANTAS et al., 2025; MORAIS et al., 2025). Na região Nordeste, estudos recentes também apontam heterogeneidade na distribuição dos casos entre os estados, reforçando a necessidade de análises territorializadas que permitam compreender as particularidades da população trabalhadora e da organização dos serviços de vigilância em saúde do trabalhador (FRIEDRICH et al., 2025).

No estado de Alagoas, estudos anteriores já investigaram os TMRT em períodos específicos, evidenciando a ocorrência desses agravos e suas características epidemiológicas (AMARAL et al., 2023; GOMES et al., 2023; FACHIN et al., 2023). Entretanto, a atualização e ampliação da análise dos registros de notificação são relevantes para acompanhar a distribuição dos casos ao longo dos anos e identificar características sociodemográficas, ocupacionais e clínicas dos trabalhadores acometidos. A análise de indicadores como sexo, raça, escolaridade, ocupação, diagnóstico específico, emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e evolução dos casos pode contribuir para a compreensão do perfil dos trabalhadores notificados e para o planejamento de ações de vigilância, prevenção e atenção à saúde mental relacionada ao trabalho (GOMES et al., 2023).

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) notificados no estado de Alagoas, no período de 2021 a 2025, segundo características sociodemográficas, ocupacionais, diagnósticas, emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho e evolução dos casos.

2 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa ecológica com caráter quantitativo e descritivo realizado através de dados coletados no Sistema de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), de responsabilidade do Ministério da Saúde.

Foram incluídos os casos notificados como TMRT em Alagoas para o período de 2015 a 2025. As variáveis de interesse do estudo incluíram: sexo, raça, escolaridade, ocupação, diagnóstico específico, emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e evolução.

Para fundamentação teórica e discussão dos achados, também foi realizada busca bibliográfica nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Scholar, com seleção de artigos científicos pertinentes ao tema dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, saúde mental e saúde do trabalhador. Os estudos selecionados foram utilizados como suporte ao referencial teórico e à interpretação dos resultados encontrados.

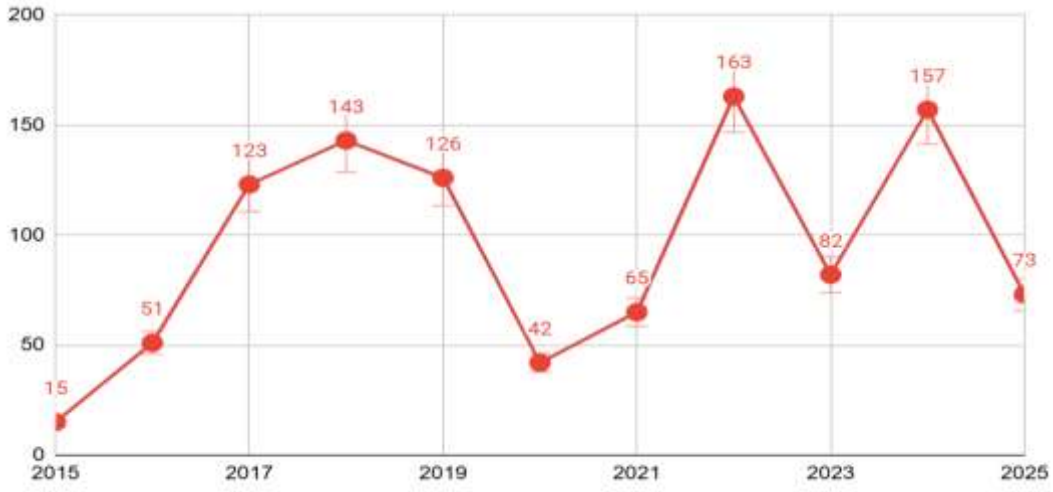
Após a extração da base de dados, as informações foram organizadas e tabuladas no programa Microsoft Excel®. Posteriormente, procedeu-se à análise descritiva dos dados, com apresentação dos resultados em tabelas, de modo a permitir a caracterização da distribuição dos casos e a identificação dos principais padrões epidemiológicos observados no período estudado.

Dada a ausência de manipulação de prontuários, dados ou atividades com os pacientes, e da disponibilização dos dados sob caráter de "domínio público", não houve necessidade de submissão deste trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Comitê Nacional em Saúde.

3 RESULTADOS

Entre os anos de 2015 e 2025, foram notificados aos SINAN 1.040 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Alagoas. No ano de 2022 ocorreu o maior número de notificações (n= 163) enquanto o ano de 2015 obteve o menor número (n= 15) (**Figura 1**).

Figura 1 – Gráfico com o número de casos de transtorno mental relacionado ao trabalho conforme o SINAN por ano, no estado de Alagoas entre 2015 e 2025.



Fonte: NOVAES, et al., 2026; dados extraídos de Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net/Ministério da Saúde (2026).

Quanto ao sexo, os casos notificados entre o público masculino (n= 533) foi ligeiramente maior que o feminino (n= 507), porém sem diferença estatisticamente significativa (qui-quadrado de uma via, p = 0.2543). Quanto à raça, nota-se que a população autodeclarada parda liderou o índice de notificações, seguida da população branca, representando respectivamente 30,19% e 12,50% das notificações. Em relação à idade, cerca de 51,83% dos casos ocorreram na faixa etária entre 20-39 anos, seguida da faixa etária entre 40-59 anos (44,23%). É válido salientar que, no período analisado, foram notificados 13 casos em menores de 4 anos, destes, 10 casos ocorreram pelo diagnóstico específico de transtornos neuróticos ou transtornos relacionados ao estresse e somáticos (F40-F48), 1 caso por transtornos do humor (afetivos) (F30-F39), 1 caso por Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto (F60-F69) e 1 caso com Outro CID não listado (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Distribuição do número de casos de transtorno mental relacionado ao trabalho, por sexo, faixa etária por grupo, raça e escolaridade, no estado de Alagoas entre 2015 e 2025.

Variável		N	%
Sexo			
	Masculino	533	51,25%
	Feminino	507	48,75%
Faixa etária por grupo			
	<1 Ano	12	1,15%
	1-4	1	0,10%
	10-19	8	0,77%
	20-39	539	51,83%
	40-59	460	44,23%
	60 e +	20	1,92%
Raça			
	Ignorado/Branco	553	53,17%
	Branca	130	12,50%
	Preta	39	3,75%
	Amarela	1	0,10%
	Parda	314	30,19%
	Indígena	3	0,29%
Escolaridade			
	Ignorado/Branco	439	42,21%
	Analfabeto	6	0,58%
	1ª a 4ª série incompleta do EF*	14	1,35%
	4ª série completa do EF*	16	1,54%
	5ª a 8ª série incompleta do EF*	29	2,79%
	Ensino fundamental completo	20	1,92%
	Ensino médio incompleto	37	3,56%
	Ensino médio completo	206	19,81%
	Educação superior incompleta	61	5,87%
	Educação superior completa	199	19,13%
	Não se aplica	13	1,25%

Fonte: NOVAES, et al., 2026; dados extraídos de Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net/Ministério da Saúde (2026).

Durante o período, cerca de 42,21% dos casos notificados tiveram o *status* de escolaridade ignorado ou deixado em branco. Apesar disso, nota-se uma similaridade de notificações entre o grupo com ensino médio completo (19,81%) e educação superior completa (19,13%) (**Tabela 1**).

Dentre as ocupações que apresentaram maior incidência de TRTM, soldados e sargentos da polícia militar lideram o número de notificações, onde apresentam respectivamente 22,50% e 5,38% do total de casos. Seguindo as ocupações mais incidentes, estão professores de ensino fundamental (4,62%), cobradores de transportes coletivos exceto trem (4,52%), motoristas de ônibus urbano (4,42%), entre outros (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Distribuição do número de casos de transtorno mental relacionado ao trabalho, por ocupação, no estado de Alagoas entre 2015 e 2025.

Ocupação (variável)	N	%
Soldado da policia militar	234	22,50%
Sargento da policia militar	56	5,38%
Professor da educacao de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta serie)	48	4,62%
Cobrador de transportes coletivos (exceto trem)	47	4,52%
Motorista de onibus urbano	46	4,42%
Operador de telemarketing ativo	34	3,27%
Cabo da policia militar	29	2,79%
Enfermeiro	25	2,40%
Agente comunitario de saude	22	2,12%
Assistente administrativo	21	2,02%
Tecnico de enfermagem	19	1,83%
Empregado domestico nos servicos gerais	17	1,63%
Operador de telemarketing ativo e receptivo	15	1,44%
Trabalhador agropecuario em geral	13	1,25%
Operador de caixa	12	1,15%
Ignorada	10	0,96%
Branco ou ignorado	9	0,87%
Outros	383	36,83%

Fonte: NOVAES, et al., 2026; dados extraídos de Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net/Ministério da Saúde (2026).

Em relação ao CID, o diagnóstico mais incidente foi do grupo "transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e somáticos" (F40-F48), seguido de "Transtornos do humor (afetivos)" (F30-F39). Dos casos notificados como TMRT no período, a emissão de CAT ocorreu em 6,63% dos casos, não foi emitida em 55,29% e tiveram seu *status* ignorado, deixado em branco ou não era aplicável em 44,71%. Já em relação à evolução dos casos, 59,33% evoluíram com incapacidade temporária, enquanto 27,4% tiveram a evolução ignorada, deixada em branco ou tiveram o desfecho marcado como "Outra" (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Tabela com a distribuição do número de casos de transtorno mental relacionado ao trabalho, por diagnóstico específico, emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e evolução do caso, no estado de Alagoas entre 2015 e 2025.

Variável	N	%
Diagnóstico Específico		
Outros CID's não listados	10	0,96%
CID não preenchido	69	6,63%
Transtornos mentais orgânicos,incluindo sintomas (F00-F09)	4	0,38%
Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas (F10-F19)	23	2,21%
Esquizofrenia, transtorno sesquizofrênicos e transtornos delirantes (F20-F29)	65	6,25%
Transtornos do humor (afetivos) (F30-F39)	214	20,58%
Transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e somáticos (F40-F48	559	53,75%
Transtornos da personalidade e do comportamentodo adulto (F60-F69)	2	0,19%
Transtornos comportamentais e emocionais da infância ou adolescência (F90-F98)	1	0,10%
Transtorno mental não especificado (F99-F99)	28	2,69%
Sintomas e sinais relacionados à cognição, percepção e comportamento (R40-R46)	2	0,19%
Risco potencial à saúde relacionado a circunstâncias sociais e psicológicas (Z55-Z65)	14	1,35%
Circunstância relativa às condições de trabalho (Y96)	14	1,35%
Síndrome de Burnout (Esgotamento) (Z73.0)	35	3,37%
Emissão da CAT		
Ignorado/Branco	256	24,62%
Sim	69	6,63%
Não	575	55,29%
Não se aplica	140	13,46%
Evolução do Caso		
Ignorado/Branco	218	20,96%
Cura	20	1,92%
Cura não confirmada	49	4,71%
Incapacidade Temporária	617	59,33%
Incapacidade permanente parcial	64	6,15%
Incapacidade permanente total	5	0,48%
Outra	67	6,44%

Fonte: NOVAES, et al., 2026; dados extraídos de Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net/Ministério da Saúde (2026).

4 DISCUSSÃO

A análise gráfica indicou que a taxa de TMRT oscilou durante os anos do período analisado (figura 1). Apesar do pico incidente ser o ano de 2023 (n= 167), este ano foi precedido e sucedido por índices baixos. O baixo número de notificações em 2020 pode estar relacionado à pandemia de COVID-19 no Brasil (BRITO *et al.*, 2022), onde agravos de modo geral foram subnotificados em detrimento das suspeitas e combate à infecção por Sars-COV 2, ao passo em

que 2022 inicia uma notificação expressiva de novos casos de TMRT. Enquanto no Brasil, o ano de 2023 apresentou um pico de notificações (MORAIS *et al.*, 2025), Alagoas demonstrou um dos menores números notificados durante o período (n= 82).

Em relação ao sexo, foi possível observar uma quantidade de notificações entre a população masculina e feminina muito semelhante (51,25% e 48,75% respectivamente). Tal observação denota que, apesar de contrária encontrado no Brasil, onde a maioria dos casos de TMRT em um período semelhante foram entre mulheres (DANTAS *et al.*, 2025), os números crescentes de casos femininos no estado podem estar igualmente relacionados à desigualdade de gênero, refletida em um menor acesso a promoções, maior incidência de assédio e discriminação e o consequente aumento de enfermidades mentais ocupacionais (SANTOS, 2023).

Em Alagoas, predominaram os casos na população parda, que representou 30,19% das notificações. Evidencia-se que entre 2019 e 2023, houve majoritariamente um predomínio de casos entre a população branca nas regiões brasileiras (MORAIS *et al.*, 2025), o que mostra um contraste em relação à própria região em que se situa o estado.

Estudos mostram que a faixa etária mais incidente de transtornos mentais relacionados ao trabalho está na terceira década de vida (DANTAS *et al.*, 2025), o que é evidenciado também neste estudo. Os resultados mostram que a faixa etária predominante esteve entre 20 e 39 anos (51,83%), seguida da faixa etária entre 40 e 59 anos (44,23%). É notada durante a análise a presença de 13 casos notificados em menores de 4 anos. Foi evidenciado que entre 2017 e 2023, cerca de 13.000 crianças foram afastadas de condições de trabalho infantil (SÁ, 2024), contudo, ao analisar os dados de diagnóstico específico para a faixa etária em questão, os CID's notificados foram: 10 casos por transtornos neuróticos ou transtornos relacionados ao estresse e somáticos (F40-F48), 1 caso por transtornos do humor (afetivos) (F30-F39), 1 caso por Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto (F60-F69) e 1 caso com Outro CID não listado. Isto propõe um possível erro durante a notificação do caso, uma vez que um dos próprios diagnósticos incluem um paciente adulto. O conjunto de evidências acerca da idade corrobora a ideia de que a incidência deste tipo de agravo relacionado ao trabalho cresce na população ativa economicamente em seu auge de produtividade (SANTOS, 2024).

Em relação à escolaridade, o fato de os casos serem mais incidentes em pacientes com ensino médio completo (19,81%) e ensino superior completo (19,13%) pode ser explicado pelas exigências dos cargos com alta complexidade e uma desproporcional remuneração, reforçando desequilíbrios esforço-recompensa (SILVA JUNIOR, 2015) e uma maior exposição aos riscos psicossociais inerentes a esta condição. Além disso, destaca-se o grande número de notificações

em que foi ignorada ou deixada em branco a escolaridade (42,21%), tornando a proporcionalidade parcialmente fidedigna à realidade.

O estudo revelou que a maior concentração está entre servidores militares, os quais somados, cabo, sargento e soldado, somam 30,67% das notificações. Este dado evidencia, no estado Alagoas, e no período estudado, uma disparidade com o cenário regional e nacional. Em um recorte temporal semelhante ao do presente estudo, a ocupação com mais incidência de transtornos mentais relacionados ao trabalho no Nordeste foi a de professor de ciências das artes, seguida de trabalhadores de serviços e vendedores de comércio (FRIEDRICH *et al.*, 2024), enquanto no Brasil a ocupação mais afetada foi a de técnico de enfermagem (DANTAS *et al.*, 2025).

Apesar de outras classes estarem mais propícias ao desenvolvimento de transtornos como o *Burnout*, a exemplo de enfermeiros, professores e médicos (GONÇALES e GONÇALES, 2017), profissionais da segurança pública também apresentam elevada frequência de sintomas relacionados à saúde mental. Um estudo transversal com 672 policiais militares ativos de Goiás, identificou a prevalência de depressão em 34,5% e, além disso, que o aumento de um ponto no escore de ansiedade aplicado esteve associado ao aumento de 20% nas chances de depressão (OR=1,20; IC95%: 1,16–1,24; p<0,001) (SILVA *et al.*, 2025).

No que concerne ao CID, nota-se um expressivo número de "transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e somáticos" (F40-F48), o que está em acordo com o recorte temporal em que no Brasil, 49,14% dos casos foram relacionados a este CID (DANTAS *et al.*, 2025). Além dos riscos conhecidos para desenvolvimento de transtornos neuróticos, há ainda sintomas físicos, como dores musculares e sintomas gastrointestinais, que se manifestam devido ao estresse ocupacional crônico (TEÓFILO FILHO, *et al.*, 2024).

No período analisado, somente em 6,63% houve emissão de CAT. Em relação ao cenário nacional e regional à época, a CAT foi emitida em 31,93% e 23,41% respectivamente (DANTAS *et al.*, 2025; MORAIS *et al.*, 2025). Este cenário reforça a necessidade de uma maior fiscalização tanto para garantia do trabalhador de seus direitos quanto para a análise epidemiológica e melhores estratégias para execução da saúde ocupacional.

Em conformidade com o apresentado no país, no período analisado, 59,33% dos casos em Alagoas evoluíram com incapacidade temporária, enquanto no Brasil 52,94% tiveram a mesma evolução. Além disso, 6,63% (n= 69) casos evoluíram para incapacidade permanente parcial ou total, sendo os CID's "Esquizofrenia, transtornos esquizofrênicos e transtornos delirantes"

(F20-F29), "Transtornos do humor (afetivos)" (F30-F39) e "Transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e somáticos" (F40-F48) os relacionados à incapacidade.

Por fim, é necessário salientar que limitações neste estudo envolveram em sua maior parte o não preenchimento adequado, a exemplo da quantidade de notificações atribuídas a menores de 1 ano de idade ou dos números em cada variável analisada com o *status* ignorado ou em branco.

5 CONCLUSÃO

Mediante o estudo, notou-se que o perfil epidemiológico foi composto por homens, em sua maioria com o ensino médio completo ou o superior incompleto. A polícia militar foi a ocupação mais prevalente à análise, os casos notificados evoluíram com incapacidade temporária e a emissão de CAT ocorreu em uma parcela mínima do total. Neste contexto, o fortalecimento das ações de vigilância e prevenção, associadas ao rigor administrativo frente às notificações, constitui estratégia fundamental para reduzir os casos por transtorno mental relacionado ao trabalho.

REFERÊNCIAS

AMARAL BN, et al. Transtornos mentais relacionados ao trabalho em Alagoas: um estudo epidemiológico entre 2017 e 2021. Research, Society and Development, 2023; 12(4): e93124440813.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 777, de 28 de abril de 2004. Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DANTAS DG, et al. Perfil epidemiológico de pacientes com transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil. Revista Contemporânea, 2025; 5(5): e8252.

FORMIGOSA CAC, et al. Impacto da COVID-19 em doenças de notificação compulsória no Norte do Brasil. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, 2022; 35: 1-11.

FRAZÃO LFN, et al. Perfil epidemiológico dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Goiás entre 2018 e 2023. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 2024; 6(7): 208-217.

FRIEDRICH RB, et al. Análise epidemiológica dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Nordeste: 2014-2024. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 2025; 7(11): 573-587.

GOMES GCG, et al. Aspectos epidemiológicos dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Alagoas de 2017 a 2022. Brazilian Journal of Health Review, 2023; 6(6): 29344-29354.

GONÇALES CA, GONÇALES RA. Síndrome de Burnout: causas e consequências em diversos profissionais. Revista Brasileira de Psicologia, 2017; 3(2): 49-65.

MORAIS JC, et al. Perfil epidemiológico de trabalhadores com transtornos mentais relacionados ao trabalho nas regiões brasileiras entre 2019 e 2023: estudo ecológico. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2025; 25: e19095.

SÁ EVHC. Ações da inspeção laboral contra o trabalho infantil no Brasil (2017-2023). Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho, 2024; 8(1).

SANTOS MIO. O adoecimento das mulheres trabalhadoras da Universidade Federal de Alagoas sob a perspectiva de gênero. 2023.

SANTOS JÚNIOR CJ, FISCHER FM. Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho no Brasil: tendências temporais e o impacto do Nexo Técnico Previdenciário. Cadernos de Saúde Pública, 2024; 40(9): e00031524.

SILVA RCD, et al. Prevalência de depressão e análise da relação com a ansiedade em policiais militares: estudo transversal. Revista Brasileira de Enfermagem, 2025; 78(5): e20240312.

SILVA JÚNIOR CJ, FISCHER FM. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2015; 18(4): 735-744.

TEÓFILO FILHO RA, et al. Aspectos epidemiológicos dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil na década de 2011 a 2020. Debates em Psiquiatria, 2023; 13: 1-24.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO guidelines on mental health at work. Geneva: World Health Organization, 2022; 134 p.